A ESCOLA NÃO-TODA – OU A GARANTIA GRATUITA

Ana Laura Prates

Eis alguns pontos para discutirmos a questão da garantia, já presente desde o início do movimento psicanalítico.

1. A proposição de Ferenczi.

Em 1910, Ferenczi apresenta um trabalho no II Congresso de Psicanálise de Nuremberg, em que defende a criação de uma associação de psicanalistas – que será fundada no mesmo ano. Nesse trabalho, Ferenczi mostra-se francamente favorável à organização dos analistas, em oposição ao isolacionismo que provocaria tendências individuais, em detrimento das "teses centrais" da psicanálise.

Ferenczi questiona, nessa discussão, quais princípios poderiam servir de base a uma união sólida e duradoura entre psicanalistas. Vale a pena nos atermos à enumeração feita por Ferenczi daquilo que nomeia "patologia das instituições" e que, segundo ele, poderia ser equiparada a uma organização familiar. A comicidade dessa "lista" não esconde seu valor de verdade:

Megalomania pueril
Vaidade
Repetição de fórmulas ocas
Obediência cega ao mestre
Interesses pessoais

Voltemos, então, à questão dos princípios, que teriam a função de

possibilitar a existência da organização e ao mesmo tempo lidar com as patologias descritas que, desde o início, parecem ser inevitáveis. A proposição de Ferenczi é que a associação deve oferecer uma GARANTIA de que seus membros apliquem o método analítico inventado por Freud. O significante garantia, aliás, parece central para o encaminhamento da discussão sobre a relação do analista com a associação, posto que se desdobra em inúmeras questões:

O que uma associação de analistas garante?
A garantia é para quem?
Quem ou o que garante na associação?
Como se dá essa garantia?

Se partirmos do pressuposto de que, aquilo que se supõe garantir numa associação de psicanalistas, é que exista o analista, passamos imediatamente ao segundo grupo de questões:

O que é um analista?
Como se forma um analista?
Quais os critérios para se verificar onde há um analista?

2. **A posição de Freud**

Freud, em 1914, num texto chamado *A história do movimento psicanalítico*, discute a questão da autonomia do analista, enfatizando os riscos de desvio doutrinário que ela implica. Freud aponta para algo que eu chamei de PARADOXO DO MESTRE, que consiste na tensão existente entre a desejável "independência teórica" do analista, favorecida pela própria análise; e o imprescindível "rigor científico" para a sustentação da doutrina psicanalítica.

Assim, para Freud, a necessidade da associação vincula-se intimamente com a implicação dos analistas à doutrina e à causa analítica. Se a questão doutrinária parece ocupar um lugar fundamental para Freud no que diz respeito à necessidade da associação entre os analistas, ele não deixa de articulá-la aos problemas envolvidos na formação do analista enquanto tal, ou seja, à clínica. O texto *A questão da análise leiga*, de 1926, é talvez, a tentativa mais ousada de Freud de responder à questão "o que é um analista?", a partir do diálogo com um "interlocutor imaginário". Nesse texto extremamente bem-humorado, ele diz o tempo todo que aquilo que realmente forma o analista é sua própria análise; e é esse o principal argumento de Freud, quanto à possibilidade de não-médicos poderem se formar analistas.

Para Freud, então, os chamados institutos seriam os lugares

apropriados para um leigo transformar-se em psicanalista, pois teriam condições de exigir que os candidatos fossem submetidos à análise, além de encarregarem-se da transmissão teórica e de oferecerem supervisão de analistas experientes àqueles que começam a exercer atividades clínicas. Dessa forma, poderíamos novamente perguntar que tipo de GARANTIA os institutos oferecem, e a quem. No texto de Freud, quem pede garantias, curiosamente, é o "interlocutor imaginário" O que GARANTE que o método analítico funcione? – ele pergunta. E ainda: como saber não se tratar de charlatanismo, no caso de um não médico dirigir o tratamento? Como confiar nas conclusões analíticas sobre a vida sexual das crianças? As respostas de Freud a essas supostas desconfianças, apontam sempre para uma direção: a própria análise. Essa vinculação entre a doutrina e a clínica – que Lacan retoma na proposta do passe – é explicitada por Freud num apêndice de 1927: *"Na psicanálise sempre reinou, desde o princípio, uma união indissolúvel entre curar e investigar; o conhecimento trouxe consigo o êxito terapêutico; foi impossível tratar um paciente sem aprender ao mesmo tempo algo novo; não se pôde adquirir nenhuma nova informação sem experimentar, simultaneamente, seus resultados benéficos. Nosso procedimento analítico é o único no qual permanece assegurada esta preciosa conjunção"*(Freud, 1957).

Parece que Freud gostaria de ter nas associações psicanalíticas uma GARANTIA de que a doutrina e a prática analítica não fossem desviadas, mesmo depois de sua morte.Ele sabia que representava uma espécie de Pai da Horda, que todos desejavam jantar num banquete totêmico, mas que, por isso mesmo, sustentava a série de psicanalistas pelo nome. Freud ocupava o lugar da exceção, do médico que subverteu o discurso do mestre, criando o seu avesso, o discurso analítico, e viu-se preso (ou a presa?) no paradoxo entre o discurso do mestre, que sustentava como fundador da psicanálise, e o discurso analítico que acabara de inventar com seu ato.

Mas se um analista é o produto de uma análise, a concepção de final de análise é correlata da questão sobre o que é um analista. Isso fica claro, em 1937, quando Freud propõe limite à análise na rocha da castração...Na análise e na associação psicanalítica freudiana, não era possível transpor o pai pois a garantia estava encarnada em seu nome.

3. A proposição de Lacan

Em 1972, no Seminário *O Saber do Psicanalista,* aula do dia 03 de março, Lacan vai dizer algo bastante curioso sobre a garantia, a partir da lógica do não-todo na qual continuava trabalhando durante aquele ano: o universal masculino pode retomar seu equilíbrio na GARANTIA de não

existir mulher a ser castrada. E as razões para tal lhe parecem evidentes. Porém, de fato isso não tem maior alcance, pela razão de ser uma GARANTIA GRATUITA. Se a suposição baseia-se de algum modo na GARANTIA de tratar-se de um impossível – cúmulo do real – isso não abala tampouco a fragilidade da conjuntura, pois que, em todo caso a mulher não tem maior GARANTIA de sua essência universal.

A garantia gratuita do *cúmulo do real* refere-se justamente ao saber do psicanalista, um saber no lugar de verdade, a irmã do gozo. Um analista deveria saber que não há fiador para o gozo. Então porque, em sua *Proposição de 09 de outubro de 1967,* Lacan coloca a questão da GARANTIA como um ponto central? De que GARANTIA ele está falando?

No mesmo ano da Proposição, Lacan oferecia o seminário *O ato analítico* no qual ele começa a trabalhar o que ele chama de "outra lógica" – que depois será aplicada à sexuação no que se refere ao analista. O que nós garantimos, diz Lacan, é que se chegou ao fim da análise uma vez. Assim, para que haja análise, é necessário que exista um psicanalista, o que não significa que O psicanalista exista. Segundo Lacan, teríamos aqui um silogismo: se existe um psicanalista, tudo está garantido, pode haver muitos outros. Ledo engano na esperança do universal, pois não há garantia de que o ato que transforma o psicanalisante em psicanalista possa operar. Trata-se, assim como na mulher, de uma contingência. A contingência, entretanto, não é sem relação com a garantia. Uma garantia, no entanto, não-toda, ou como quer Lacan, gratuita.

Assim, Lacan dirá na *Proposição* que a Escola pode garantir a relação do analista com a formação que ela dispensa. Em outras palavras: garantir a efetuação no psicanalista, das estruturas asseguradas na psicanálise. Essa formação – ou efetuação – diz respeito à passagem de psicanalisante a psicanalista. Lacan questiona, então, onde devem funcionar os órgãos da garantia, e responde: no início e no final da análise. Portanto, a garantia – aliás como já postulava Freud – não está em outro lugar senão na própria análise. É da preservação do analítico que a Escola pode e deve cuidar, como ele diz na *Proposição*. Como? Por meio dos dispositivos que não permitam o retorno do universal. Na Escola reina a contingência.

Resta, além de outras, a questão sobre a diferença entre a garantia que a Escola oferece quanto ao AME (reconhecimento vitalício por um "projeto de trabalho") e ao AE (nomeação provisória advinda da relação de cada um com a causa analítica).